

Rendimento do trabalho, posições na ocupação e desigualdade da renda no Paraná*

Solange de Cassia Inforzato de Souza^{**}

Doutora em Educação e Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Professora Associada do Curso de Economia e do Programa de Mestrado em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina

Dimitri da Costa Bessa^{***}

Doutorando em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina

Rita de Cassia Garcia Margonato^{****}

Mestre em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina

Carlos Roberto Ferreira^{*****}

Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ-USP, Professor Associado do Curso de Economia e do Programa de Mestrado em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina

Resumo

O objetivo deste artigo é examinar o rendimento do trabalho segundo as posições na ocupação e mensurar o seu grau de progressividade no Paraná, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2002 e 2011. Os dados permitiram identificar a manutenção da participação do rendimento do trabalho na renda domiciliar e a ampliação

* Artigo recebido em jun. 2014 e aceito para publicação em set. 2016.

 Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Open Acces (Acesso Aberto)

Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini

^{**} E-mail: solangecassia@uol.com.br

^{***} E-mail: dimitri.bessa@posgrad.ufsc.br

^{****} E-mail: ritamargonato@yahoo.com.br

^{*****} E-mail: robert@uel.br

das rendas dos empregados. Os rendimentos do trabalho assalariado, assim como dos empregados domésticos, formalizados ou não, contribuem, positivamente, para a queda na desigualdade da renda, embora, no período de análise, aumentou-se a progressividade para os empregados com e sem carteira e reduziu-se para os domésticos com e sem carteira. Os rendimentos do trabalho essencialmente privados são progressivos, e os dos essencialmente públicos são regressivos; estes últimos contribuem para o aumento da desigualdade no Paraná.

Palavras-chave

Rendimento do trabalho; ocupação; Paraná

Abstract

This paper aims at analyzing labor earnings according to the workers' position and measuring their degree of progressivity in the State of Paraná, based on microdata from the National Household Sample Survey (PNAD) for 2002 and 2011. According to the data, it is possible to identify the maintenance of the participation of labor earnings in the household income and an increase in the employed people's earnings. The income from both salaried jobs and domestic work (whether formal or informal) contribute positively to the decline in earnings inequality, although in the period under analysis the progressivity increased for employed people in general and decreased for domestic workers. The earnings from essentially private work are progressive and those from essentially public work are regressive. The latter contributes to the increase in overall inequality in Paraná.

Keywords

Labor earnings; occupation; Paraná

Classificação JEL: I31, J31

Introdução

A desigualdade da renda brasileira vem sendo debatida desde a década de 70, tendo como ponto de partida a elevação dos índices de desigual-

dade entre 1960 e 1970. A partir de 2001, a queda substancial da desigualdade pessoal da renda gerou um esforço de compreensão dos fatores determinantes desse processo por parte dos analistas, já que o seu conhecimento permite delinear políticas públicas para a sua sustentabilidade.

A desigualdade da renda é uma das formas mais críticas de desigualdade, pelo menos, por dois motivos: por figurar entre os objetivos definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) nas Metas do Milênio, amplamente divulgadas, que reconheceram a atenção necessária a esse tema, e pela dificuldade de sua mensuração.

Entre os principais fatores para a queda da desigualdade da renda brasileira nos anos 2000 estão as transferências de renda, particularmente o crescimento das transferências condicionadas, e o revigoramento do mercado de trabalho provocado, dentre outros fatores, pela formalização dos postos de trabalho e pela política de valorização do salário mínimo, discutidos em Hoffmann (2005); Barros *et al.* (2006) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010).

No tocante ao mercado de trabalho, a queda da desigualdade da renda do trabalho, tanto no plano nacional quanto no estadual, relatados por Souza e Ferreira (2008), Araújo, Salvato e Souza (2008) e Cunha e Vasconcelos (2011), inspira outras questões, como a investigação dos rendimentos do trabalho e a sua participação na desigualdade da renda no Paraná, sob a hipótese de que os ganhos advindos das posições nas ocupações contribuam, distintamente, para a desigualdade da renda domiciliar.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é examinar o rendimento do trabalho e analisar a sua influência na desigualdade da renda, segundo as diferentes posições na ocupação, no Paraná e no contexto brasileiro. Especificamente, pretende-se mensurar a participação da renda do trabalho de acordo com as posições ocupadas pelos trabalhadores e o grau de progressividade dessas categorias de renda. Para isso, utiliza-se a técnica da decomposição do Índice de Gini, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para os anos de 2002 e 2011.

Este artigo está dividido em três seções, além desta **Introdução**. A primeira estabelece, brevemente, o panorama da desigualdade recente no Paraná e no País em seu conjunto; a segunda seção indica a metodologia utilizada; e a terceira analisa os resultados da pesquisa. Por fim, as conclusões são apresentadas.

1 A redução da desigualdade de renda no Brasil e no Paraná, no período recente

Sabe-se que a última década foi marcada por transformações que, há muito, não se via no Brasil. Segundo Barros *et al.* (2006), o nível da desigualdade de renda no Brasil, em 2004, foi o menor dos últimos 30 anos. Aos poucos, havia sinais de que o profundo abismo social presente em nossa sociedade, no que tange à distribuição de renda e às desigualdades sociais, dava os primeiros passos em direção a uma redução, mas que ainda estava muito aquém de ser algo efetivo. Ainda assim, embora seja um problema persistente e de longa data, a desigualdade de renda no Brasil reduziu-se, significativamente, ao longo dos anos 2000 e tornou-se um importante objeto de estudo.

A literatura especializada afirma que, em grande medida, a redução da desigualdade de renda deriva dos programas de transferências de renda e combate à pobreza extrema; no entanto, uma parcela significativa da melhoria apresentada no cenário nacional pode estar relacionada à recuperação do mercado de trabalho. Nesse contexto, o momento de mudanças ocorridas na sociedade brasileira, na primeira década dos anos 2000, inspira perguntas e olhares sobre a importância da renda do trabalho para a queda da desigualdade.

Hoffmann (2005) apresenta uma nota sobre a influência dos programas de transferência de renda para a redução das disparidades de renda na sociedade brasileira. Conclui que apenas de 10 a 20% dessa diminuição pode ser associada a programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF). Ao decompor o Índice de Gini para o período 2002-04, o autor afirma que, entre 2003 e 2004, a parcela de redução do Índice que pode ser atribuída aos programas oficiais de transferência de renda foi inferior a um quarto do total. A maior parte da diminuição da desigualdade decorreu do rendimento domiciliar *per capita* e corresponde ao rendimento do trabalho, decorrente dos pagamentos brutos mensais a empregados, empregadores e conta própria, advindos, ou não, do trabalho principal.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2010), ao longo da última década, observou-se no País, simultaneamente, ampliação da renda *per capita* e redução no grau de desigualdade, na distribuição pessoal de rendimento do trabalho. Em grande medida, esse fato decorreu da recuperação do mercado de trabalho, da redução do desemprego e do crescimento do emprego formal, que, em conjunto, fizeram com que a participação do rendimento do trabalho se tornasse mais expressiva na partici-

pação da renda nacional. Em números, o rendimento do trabalho apresentou uma expansão de 14,8% no total da renda nacional, no período de 2004 a 2010.

As estimativas apresentadas por Barros *et al.* (2006) mostram que a mudança na distribuição da renda não derivada do trabalho foi responsável por 36% da redução na desigualdade de renda *per capita* ocorrida entre 2001 e 2004, no Brasil. Já a distribuição da renda do trabalho correspondia a 47% da redução recente na desigualdade de renda *per capita*. Ressaltam que, apesar de a renda do trabalho ter declinado cerca de 7%, no período, a desigualdade, em sua distribuição, caiu 10%.

No aspecto regional, Souza e Ferreira (2008), ao realizarem a decomposição do Índice de Gini no período de 2001 a 2005, para o Brasil, Região Sul e Paraná, avaliaram a magnitude da desigualdade de renda. Concluíram que houve queda na desigualdade de renda em níveis nacional, regional e no Estado do Paraná. O rendimento do trabalho principal foi o componente com maior percentual de participação no rendimento total, ultrapassando 70% da representatividade do rendimento total, com destaque para o Paraná, no qual chegou a representar 75% do total dos rendimentos.

Araújo, Salvato e Souza (2008) utilizam o índice de Theil-T, para explorar as disparidades de renda na Região Sul. Concluem que o Paraná foi o estado mais desigual, enquanto o Rio Grande do Sul era o menos desigual, considerando-se dados da PNAD de 1995, 1999 e 2002-06. Constatou-se que houve redução da desigualdade de renda na Região, com destaque para o Estado de Santa Catarina, que representou 21,54%. Além disso, a distribuição de renda foi menos desigual nos estados da Região Sul do que no Brasil como um todo, principalmente no Rio Grande do Sul.

No cenário paranaense, Cunha e Vasconcelos (2011) afirmam que, no período de 1995 a 2008, ocorreu uma redução nos diferenciais de salários no Estado, porém as disparidades intersetoriais são responsáveis por uma expressiva parcela da desigualdade salarial dos trabalhadores. Ao utilizar o Índice de Gini, para comparar o salário real médio no início e no final do período, apontam uma redução na desigualdade, expressos nos índices de concentração de 0,517 em 1995 para 0,431 em 2008.

A redução da desigualdade de renda e a relevância dos rendimentos do trabalho, documentadas na literatura, levam-nos a questionar a situação no Estado do Paraná e no País em relação à influência desses rendimentos na desigualdade da renda, especificamente de acordo com a posição ocupada pelos trabalhadores no mercado de trabalho. Esse é o intuito principal deste trabalho.

2 Procedimentos metodológicos

2.1 Base de dados

As informações usadas para análise e discussão neste trabalho foram extraídas da PNAD, para os anos de 2002 e 2011. Como cada amostra da PNAD representa uma parcela da população, utilizou-se o fator de expansão da amostra e os estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

De acordo com as notas metodológicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2011), considerou-se como rendimento mensal domiciliar a soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e daquela cuja condição na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Para o cálculo do rendimento domiciliar *per capita*, dividiu-se o rendimento domiciliar mensal pelas pessoas consideradas em sua composição.

Ainda segundo as notas metodológicas, os componentes do rendimento domiciliar são os provenientes do trabalho principal e de outros trabalhos, de aposentadorias, pensões e abonos de permanência, do aluguel, da doação recebida de não morador e dos juros de caderneta, de outras aplicações financeiras e outros rendimentos.

O procedimento metodológico adotado pelo IBGE implica que cada pessoa da amostra representa um determinado número de pessoas da população, e os dados individuais são fornecidos com o peso ou o fator de expansão de cada indivíduo. Isso permite que os cálculos sejam elaborados ponderando-se cada observação pelo respectivo peso. Todos os cálculos, neste trabalho, foram feitos considerando-se o peso ou o fator de expansão de cada domicílio da amostra da PNAD, analisados apenas os domicílios particulares permanentes com declaração do rendimento domiciliar. Os domicílios com rendimentos não declarados foram excluídos da análise.

Analisa-se, em específico, a parcela referente ao rendimento de todos os trabalhos (trabalho principal e outros trabalhos), para pessoas com 10 anos ou mais, subdivididas a partir da categoria de posição na ocupação de

trabalho¹ e agrupadas em três distintos grupos, como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1

Grupos de divisão da parcela de rendimento de todos os trabalhos

GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3
Empregado	Empregado com carteira assinada	Empregado e trabalhador doméstico
Empregador	Empregado sem carteira assinada	Empregado militar e estatutário
Conta própria	Trabalhador doméstico com carteira Assinada	Conta própria e empregador
Outros	Trabalhador doméstico sem carteira Assinada Militar Funcionário público estatutário Outros	Outros

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

2.2 Decomposição do Índice de Gini

Hoffmann (1998) demonstra a Curva de Lorenz e apresenta-a da seguinte maneira: considerando-se uma população com n pessoas, e x_i , a renda do i -ésimo indivíduo, ordena-se os valores de maneira que

$$x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_i \leq \dots \leq x_n \quad (1),$$

sendo a proporção acumulada da população dada por

$$p_i = \frac{i}{n} \quad (2),$$

e o correspondente para a renda é

$$\phi_i = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^n x_j \quad (3),$$

em que μ é a renda média, dada por

$$\mu = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n x_j \quad (4).$$

¹ A "ocupação" é definida como sendo cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa no ano vigente da Pesquisa.

A Curva de Lorenz é obtida pela relação entre os pares de valores de p_i e ϕ_i . O Índice de Gini (ou Coeficiente de Gini) dá-se pelo quociente da área entre a linha de perfeita igualdade e a Curva de Lorenz (denominado α), e o seu valor limite (0,5), ou seja:

$$G = \frac{\alpha}{0,5} \Rightarrow 2\alpha \quad (5).$$

Definindo β como a área entre a Curva de Lorenz e o eixo das abscissas, pode-se dizer que a área total do triângulo se dá por $\alpha + \beta = 0,5$. Com isso, pode-se reescrever a equação (5) como:

$$G = 1 - 2\beta \quad (6).$$

De maneira semelhante, pode-se considerar que a renda x_i é composta por k parcelas, ou seja, $x_i = \sum_{h=1}^k x_{hi}$, e a média da h -ésima parcela dá-se por

$$\mu_h = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_{hi} \quad (7),$$

e a participação da h -ésima parcela na renda total, como:

$$\phi_h = \frac{\mu_h}{\mu} \quad (8).$$

Analogamente, Pyatt, Chen e Fei (1980) definiram a curva de concentração como sendo a relação da proporção acumulada da parcela h em função da variação da proporção acumulada da população (p_i). Então, do mesmo modo que para o Índice de Gini, define-se a razão de concentração da parcela h (C_h) como sendo

$$C_h = 1 - 2\beta_h \quad (9),$$

em que β_h é a área entre a curva de concentração da h -ésima parcela e os eixos das abscissas.

Com as equações (8) e (9), pode-se demonstrar que

$$G = G - \sum_{h=1}^k \phi_h C_h \quad (10).$$

E como $\sum_{h=1}^k \phi_h = 1$, pode-se reescrever a equação (10) como:

$$G = G - \sum_{h=1}^k \varphi_h \pi_h \quad (11),$$

com

$$\pi_h = G - C_h \quad (12).$$

A equação (12) é definida como a medida de progressividade, pois relacionando-a com a equação (11), no caso de $\pi_h > 0$ ($C_h < G$), corresponderá a parcelas progressivas, ou seja, que contribuem para decréscimo do Coeficiente de Gini (desconcentrando renda) e, no caso inverso, em que $\pi_h < 0$ ($C_h > G$), x_{hi} será uma parcela regressiva (concentrando renda).

3 Resultados e discussão

3.1 Rendimentos do trabalho e a relevância na composição da renda domiciliar segundo a posição na ocupação

Os resultados da pesquisa revelam a manutenção da participação significativa da renda derivada de todos os trabalhos no Paraná e no Brasil em seu conjunto, entre 2002 e 2011, de aproximadamente 79% e 77% respectivamente (Tabela 1).

A pesquisa de Ferreira e Souza (2011) é útil para a visualização das mudanças pelas quais passou o mercado de trabalho, no que se refere aos rendimentos, pois, na década de 90, a presença da renda do trabalho na renda dos domicílios diminuiu, em virtude do aumento das rendas das transferências contributivas. Ao se considerar os dados a partir de 1981 para o Brasil, segundo os autores, a renda do trabalho principal representava 82,70% da renda dos domicílios, e, em 2001, esse valor correspondia a 74,72%. As transferências contributivas, que representavam 9,54% em 1981, subiram para 18,55% em 2001. A partir de 2002, como mencionado, a renda de todos os trabalhos irá se manter na composição da renda domiciliar, de acordo com os dados desta pesquisa.

A recuperação da economia brasileira, na primeira década dos anos 2000, sintoniza-se com o mercado de trabalho, pela recomposição da importância da renda advinda de todos os trabalhos na renda dos domicílios, perdida nos anos 1990, e, particularmente, quando considerados os rendimentos segundo as posições na ocupação. Tanto para o País como um

todo quanto para o Estado do Paraná, a relação de trabalho assalariada em termos de sua remuneração é favorecida, e, ao mesmo tempo, a dos segmentos dos empregadores e conta própria é reduzida, como mostram os dados nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1

Participação percentual das categorias de trabalho do Grupo 1 na composição do rendimento domiciliar *per capita* total para Brasil e Paraná — 2002 e 2011

CATEGORIAS	BRASIL		PARANÁ	
	2002	2011	2002	2011
Empregados	49,70	53,62	47,31	51,66
Empregadores	11,91	8,27	14,04	11,46
Conta própria	15,74	15,43	17,91	16,69
Outros	0,02	0,01	0,02	0,03
Total	77,37	77,33	79,28	79,85

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Os dados da Tabela 1 mostram que a presença relativa da renda do trabalho em relação à renda domiciliar *per capita* é relevante, e apresenta-se maior no Paraná (79,28% e 79,85%, em 2002 e 2011, respectivamente) do que no país em seu conjunto (77,37% e 77,33). Desses percentuais, há participação importante dos empregados assalariados e, em níveis maiores, no ano mais recente da pesquisa, para ambos os casos.

Já, ao se considerar o total da renda derivada do trabalho, particularmente no Paraná, os trabalhadores por conta própria e os empregadores representaram uma parcela maior de rendimento, quando comparada aos dados para o Brasil, ainda que os assalariados continuem a ser parte muito relevante nessa composição (Tabela 2).

Tabela 2

Participação percentual das categorias de trabalho do Grupo 1 na composição do rendimento do trabalho para Brasil e Paraná — 2002 e 2011

CATEGORIAS	BRASIL		PARANÁ	
	2002	2011	2002	2011
Empregados	64,24	69,34	59,67	64,70
Empregadores	15,39	10,69	17,71	14,35
Conta própria	20,35	19,96	22,59	20,91
Outros	0,03	0,02	0,03	0,04
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Na condição de assalariados e do ponto de vista do rendimento domiciliar *per capita* total, 64,70% vem da posição de empregados no mercado de trabalho, sendo 44,18% empregados (inclusive domésticos, militares e funcionários públicos estatutários) formalizados em 2011, números maiores do que em 2002. Por outro lado, a renda dos trabalhadores sem carteira representa 7,48% do rendimento domiciliar *per capita*, menor do que em 2002 (Tabela 3).

Tabela 3

Participação percentual das categorias de trabalho do Grupo 2 na composição do rendimento domiciliar *per capita* total para Brasil e Paraná — 2002 e 2011

CATEGORIAS	BRASIL		PARANÁ	
	2002	2011	2002	2011
Empregados com carteira	27,97	32,34	29,59	33,64
Empregado sem carteira	9,67	8,10	8,60	6,34
Empregado sem carteira	0,75	0,93	0,76	0,91
Domésticos sem carteira	1,36	1,34	1,37	1,14
Militares	0,44	0,34	0,14	0,15
Funcionários públicos estatutários	9,50	10,57	6,84	9,48
Outros	27,67	23,71	31,97	28,19
Total	77,37	77,33	79,28	79,85

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Do ponto de vista da composição do rendimento do trabalho, a participação do empregado formalizado, no Paraná, foi de 55,33% em 2011, revelando a melhoria do mercado de trabalho em relação a 2002 (Tabela 4). No entanto, a diferença surge na preponderância da categoria de empregados com carteira no Estado, comparativamente aos dados para o Brasil. A participação da renda dos domésticos e funcionários públicos e militares é mais pronunciada no País do que no Paraná.

A unidade federativa paranaense, dentro do contexto brasileiro, formalizou o trabalho, aproveitando-se das condições favoráveis da economia brasileira, com o aumento das ocupações do setor industrial (POCHMANN, 2006), e manteve a taxa de desemprego inferior a 10% ao ano, na primeira década de 2000. Outros elementos podem ser mencionados, como o aumento dos gastos sociais, especialmente saúde e educação, que, historicamente, demandam mão de obra formalizada, estímulo ao setor exportador (dados os preços das *commodities*), política de crédito e maior atuação e fiscalização do mercado de trabalho pelas instituições (RAMOS, 2007).

Tabela 4

Participação percentual das categorias de trabalho do Grupo 2 na composição do rendimento do trabalho para Brasil e Paraná — 2002 e 2011

CATEGORIAS	BRASIL		PARANÁ	
	2002	2011	2002	2011
Empregados com carteira	36,15	41,82	37,33	42,13
Empregado sem carteira	12,50	10,47	10,85	7,94
Empregado sem carteira	0,97	1,21	0,95	1,14
Domésticos sem carteira	1,76	1,73	1,73	1,43
Militares	0,57	0,44	0,17	0,19
Funcionários públicos estatutários	12,28	13,67	8,63	11,87
Outros	35,76	30,66	40,33	35,30
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Ressalta-se que, em 2008, o País enfrentou uma crise, cujos efeitos mais severos se concentraram na indústria de transformação, com redução de produção e emprego, por conta de fatores internos ligados à deterioração das expectativas e às restrições ao crédito privado, além da queda no comércio mundial, que formaram os canais de transmissão da crise, segundo Souza e Manoel (2011).

A exemplo de outros países, diversas medidas de caráter anticíclico foram adotadas pelo Governo brasileiro. A manutenção da demanda agregada realizou-se, principalmente, pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de produtos, como automóveis e eletrodomésticos; pela ampliação de linhas de crédito para o mercado de carros usados; e pela preservação dos investimentos, principalmente em infraestrutura, previstos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal.

Ademais, o Governo implementou ou ampliou medidas de cunho social, que colaboraram para sustentar a demanda e investimentos domésticos, especialmente no setor da construção civil, mesmo em face da crise externa. Dentre as principais medidas, destacaram-se: os reajustes do salário mínimo e do Programa Bolsa Família (PBF); a ampliação do programa de seguro-desemprego; e o pacote imobiliário. Este último teve como referência a melhoria das condições de crédito (crescimento no volume e nos prazos de financiamento imobiliário, nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas), a isenção de IPI para materiais de construção e os programas habitacionais, tanto para o sistema de mercado como para os de interesse social, com destaque para o Programa Habitacional Popular –

Minha Casa Minha Vida, cujo objetivo é atender às necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas.²

O impacto mais importante da crise internacional é que deteve o vigor do crescimento econômico, do quadro social brasileiro e do mercado de trabalho no primeiro trimestre de 2009. Mas sua trajetória se restabeleceu, paulatinamente, à normalidade, demonstrando que a crise foi menos intensa e menos longa do que se previa no Brasil. A exemplo de em outros países emergentes, como China e Índia, a economia brasileira mostrou-se *resilient* aos choques da crise internacional e sofreu um impacto em termos de redução do Produto Nacional Bruto (PNB) e um aumento do desemprego significativamente menores do que em outras nações.

O emprego formal, como posição almejada do mercado de trabalho, seguiu a trajetória de crescimento na década. Merecem destaque os indicadores que seguiram seu curso favorável nos anos 2008-10, pelos quais se percebe o restabelecimento do mercado de trabalho e da situação social do País: o salário mínimo manteve-se em processo de valorização, e os rendimentos médios reais dos trabalhadores mantiveram o crescimento iniciado em 2004. Como resumo da primeira década de 2000, até o ano de 2004, sua trajetória foi de redução dos rendimentos médios reais do trabalho, porém se inicia um período de melhoria logo em seguida, o que significou um crescimento de 12,2% na década como um todo (2001-09) e um incremento de 2,5% entre 2008 e 2009 (SOUZA; MANOEL, 2011).

Apesar disso, houve a persistência da informalidade, ou seja, coexistem a formalidade e a informalidade, aqui expressas nos dados sobre a posição na ocupação; isso, em parte, condicionado pela formação histórica do mercado de trabalho brasileiro e, em outra, pela própria dinâmica da economia do País (DEDECCA, 2005).

Quanto à participação das rendas do trabalho essencialmente privado³ na renda domiciliar, representa mais de 70% no Paraná e mais de 60% no Brasil, nos dois anos analisados (Tabela 5). O aumento da participação das rendas privadas na renda dos domicílios é constatado, assim como o das rendas do trabalho essencialmente público.

² De acordo com o Ministério das Cidades, o Programa funciona por meio da concessão de financiamentos a beneficiários organizados de forma associativa por entidade organizadora (associações, cooperativas, sindicatos e outros), com recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), aportados ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), podendo ter contrapartida complementar de estados, do Distrito Federal e dos municípios.

³ Rendas do trabalho essencialmente privados significam que, em grande parte, essas rendas são advindas das relações salariais privadas, mas não totalmente, já que a elas se somam as rendas de trabalhadores públicos com carteira assinada e sem carteira assinada (não estatutários).

No que se refere à composição do rendimento do trabalho, as informações da Tabela 6 identificam a ênfase na participação relativa da renda do trabalho privado, nos dois anos, mas com incremento na participação dos rendimentos do trabalho de militares e funcionários públicos estatutários, em 2011.

Tabela 5

Participação percentual das categorias de trabalho do Grupo 3 na composição do rendimento domiciliar *per capita* total para Brasil e Paraná — 2002 e 2011

CATEGORIAS	BRASIL		PARANÁ	
	2002	2011	2002	2011
Empregados e trabalhadores domésticos	39,76	42,71	40,33	42,03
Empregado militar e estatutários	9,94	10,91	6,98	9,63
Conta próprias e empregadores	27,65	23,70	31,95	28,16
Outros	0,02	0,01	0,02	0,03
Total	77,37	77,33	79,28	79,85

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Tabela 6

Participação percentual das categorias de trabalho do Grupo 3 na composição do rendimento do trabalho para Brasil e Paraná — 2002 e 2011

CATEGORIAS	BRASIL		PARANÁ	
	2002	2011	2002	2011
Empregados e trabalhadores domésticos	51,39	55,23	50,87	52,64
Empregados militares e estatutários	12,85	14,10	8,80	12,06
Conta próprias e empregadores	35,73	30,65	40,30	35,26
Outros	0,03	0,02	0,03	0,04
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Estudos como o de Daré (2011) apontam que a participação do trabalho no setor público é preterida no Governo Fernando Henrique Cardoso e aumentada ao longo do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, as condições macroeconômicas diferentes podem contribuir para explicar esse fato: enquanto, no Governo Fernando Henrique Cardoso, o estrangulamento fiscal restringia o aumento no número de trabalhadores públicos e os seus gastos, na fase pós-2002, a estabilidade econômica, o aumento da arrecadação e a conjuntura externa favorável facilitavam a expansão dessas ocupações e, por conseguinte, sua participação maior na renda.

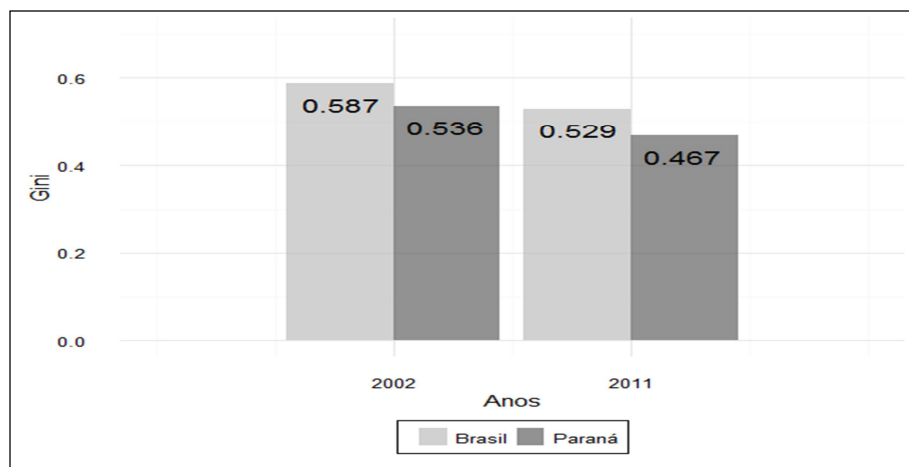
3.1.2 O grau de progressividade da renda do trabalho: contribuição (ou não) para a desigualdade da renda

A literatura econômica do mercado de trabalho tem ressaltado, de forma geral, a sua contribuição para a queda da desigualdade da renda no Brasil, a partir de 2011, segundo analistas como Hoffmann (2005), Soares (2010), Ferreira e Souza (2011), Bertoni Neto, Souza e Ferreira (2011) e Baptistella, Souza e Ferreira (2009). No Paraná, os estudos de Souza e Ferreira (2012) e Araújo, Salvato e Souza (2008) confirmam a importância do trabalho como componente fundamental para a melhoria da desigualdade.

Primeiramente, os dados do Índice de Gini estão ilustrados na Figura 1. O Estado do Paraná reduziu sua concentração de renda, assim como o Brasil como um todo, mas, com maior intensidade, nos anos em análise. Segundo a metodologia descrita na seção 3, esses dados são significativos para a obtenção dos resultados da progressividade ou regressividade das rendas do trabalho, segunda a posição na ocupação dos trabalhadores.

Figura 1

Índice de Gini para Brasil e Paraná — 2002 e 2011



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

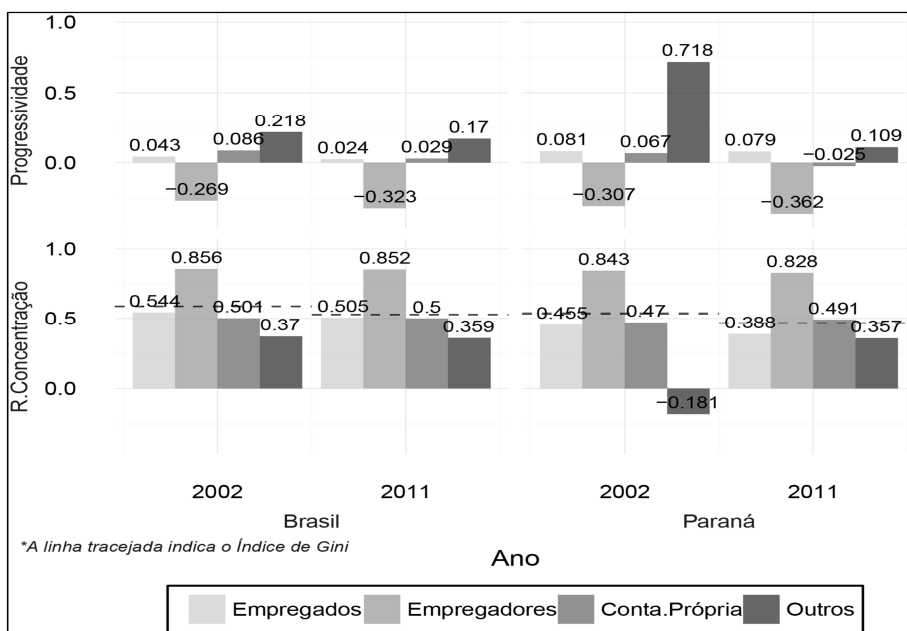
Este trabalho decompõe a renda de todos os trabalhos pelas posições na ocupação e verifica, em primeiro lugar, que o rendimento dos empregados contribui, positivamente, para a melhoria da renda no Estado, nos dois anos analisados, enquanto, para 2011, por exemplo, as categorias de empregadores e conta própria são regressivas (Figura 2). Isso significa que a

relação salarial explicitada pela posição de empregados é importante para o bem-estar da sociedade.

A Figura 2 exibe ainda que a razão de concentração da posição de empregados é menor do que o Índice de Gini total da renda (linhas tracejadas), confirmando que o assalariamento provoca a melhor distribuição da renda. Em segundo lugar, a nova decomposição do rendimento do trabalho, segundo a categoria do emprego, no Estado do Paraná, permite afirmar que os rendimentos dos empregados e domésticos, formalizados, ou não, contribuem para a melhoria da distribuição da renda.

Figura 2

Progressividade e razão de concentração das parcelas do Grupo 1 para Brasil e Paraná — 2002 e 2011



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Separadamente, a progressividade aumentou para os empregados com e sem carteira, o que reduz a desigualdade da renda, mas diminuiu para os domésticos com e sem carteira, o que aumenta a desigualdade da renda. Isso reforça que o rendimento dos assalariados domésticos é tema importante para a economia do trabalho. Por fim, essas duas forças opostas resultam na diminuição da desigualdade da renda, no Paraná.

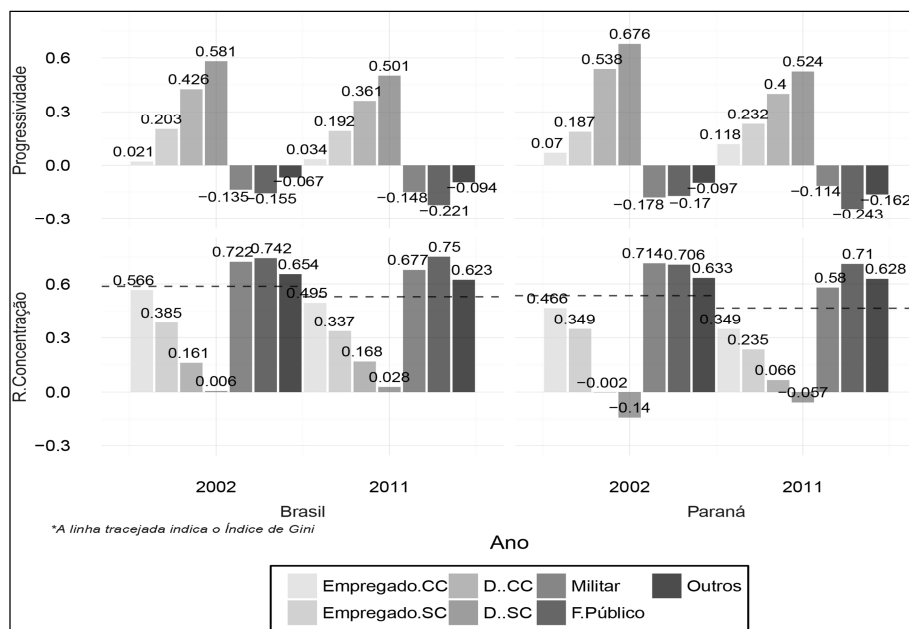
Na Figura 3, os dados confirmam a regressividade dos rendimentos do trabalho cuja posição na ocupação é de militares e funcionários públicos. A

partir da razão de concentração, comparada ao Coeficiente de Gini da renda domiciliar, é possível afirmar que os rendimentos de trabalhadores militares e funcionários públicos colaboram para a concentração de renda no Brasil e no Paraná, nos dois anos em questão.

Em terceiro lugar, a divisão dos rendimentos do trabalho em essencialmente privados (empregados e trabalhadores domésticos) e essencialmente públicos (militares e funcionários públicos estatutários) dispõe que os primeiros são progressivos, isto é, reduzem a desigualdade da renda no Brasil e no Estado do Paraná. Por outro lado, sob o ponto de vista essencialmente público, contribuem para o aumento da desigualdade geral brasileira e do Paraná.

Figura 3

Progressividade e razão de concentração das parcelas do Grupo 2 para Brasil e Paraná — 2002 e 2011



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

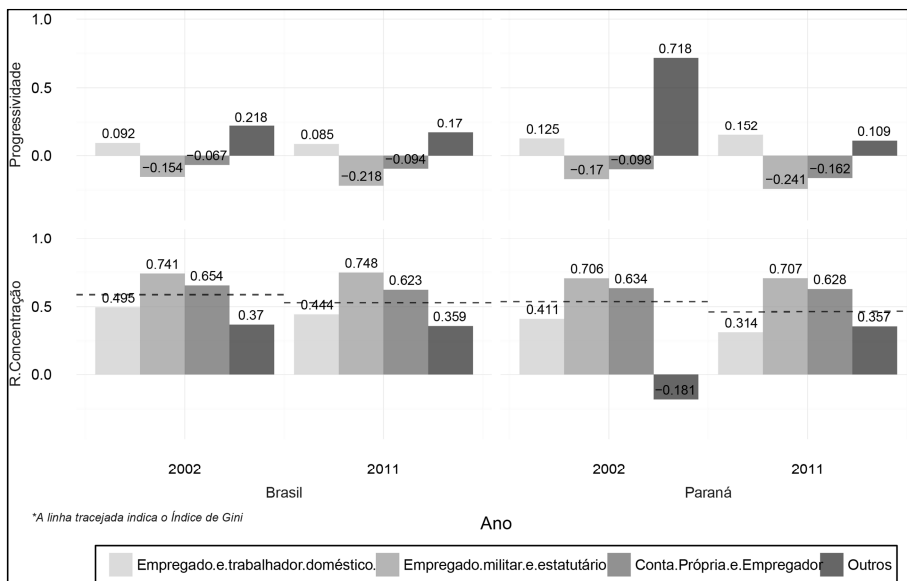
Ao contrário do que alguns estudiosos afirmam e em consonância com Daré (2011), os rendimentos dos funcionários públicos estatutários são regressivos, sendo suas razões de concentração superiores ao Índice de Gini total da renda domiciliar.

Por fim, pode-se relacionar a regressividade da renda dos trabalhadores essencialmente públicos com a diferença de rendimentos a favor dos

estatutários, que, por sua vez, estaria explicada pelo maior nível de escolaridade, segundo os adeptos da teoria do capital humano, ou à dualidade do mercado de trabalho brasileiro e paranaense. Isso merece ser aprofundado em outros trabalhos.

Figura 4

Progressividade e razão de concentração das parcelas do Grupo 3 para Brasil e Paraná — 2002 e 2011



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar o rendimento do trabalho no Paraná, segundo as diferentes posições na ocupação, e mensurar o grau de progressividade dessas categorias de renda. Para isso, utiliza-se a técnica da decomposição do Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*, a partir dos microdados da PNAD para os anos de 2002 e 2011.

Os resultados permitem afirmar que a participação dos rendimentos do trabalho assalariado (empregados), no Paraná, aumentou de 2002 para 2011, em detrimento dos rendimentos dos empregadores e trabalhadores por conta própria. Do mesmo modo, as rendas dos empregados com carteira e militares e funcionários públicos estatutários, todos formalizados, também cresceram. A interpretação é a de que são indicadores favoráveis para

o mercado de trabalho e para a sociedade paranaense, na medida em que essa relação, baseada no assalariamento, mantém a estruturação do mercado de trabalho, a despeito das crises pelas quais passou a economia nos anos 2000.

As rendas do trabalho essencialmente privadas, bem como as essencialmente públicas aumentam. A estabilidade de preços, o aumento da arrecadação e a conjuntura externa favorável até 2008 facilitaram a expansão das ocupações públicas e sua participação maior na renda, contrariamente ao ocorrido no período anterior a 2002, conforme divulgado pela literatura econômica.

Pela decomposição dos rendimentos do trabalho no Paraná, tem-se que os dos empregados contribuem, positivamente, para a queda na desigualdade da renda, e as rendas derivadas das ocupações por conta própria e empregadores comportam-se inversamente. De maneira geral, o assalariamento provoca a melhor distribuição da renda.

No conjunto, os rendimentos de empregados e domésticos, formalizados ou não, contribuem para a melhoria da distribuição da renda. No entanto, entre os anos de 2002 e 2011, houve o incremento da progressividade para os empregados com e sem carteira, o que colabora para a melhoria da distribuição da renda e para o decréscimo dos domésticos com e sem carteira.

Os rendimentos do trabalho essencialmente privados (empregados e trabalhadores domésticos) são progressivos; e os essencialmente públicos (militares e funcionários públicos estatutários), regressivos no Paraná.

Ao final, pode-se comprovar a hipótese de que as posições ocupadas pelos trabalhadores no mercado de trabalho e suas formas de inserção contribuem, distintamente, para a desigualdade da renda do trabalho no Paraná. Além disso, permite-se indicar as potencialidades de estudo a que esse tema remete, quais sejam, o aprofundamento dos estudos da estrutura das ocupações no País, nas macrorregiões e nos estados federativos e sua relação com a disparidade de renda.

Referências

ARAUJO, J. R.; SALVATO, M. A.; SOUZA, P. F. L. Decomposição do índice de Theil-T em disparidades regionais entre gêneros, raciais e educacionais: uma análise da desigualdade da renda na região Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 11., 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Anpec, 2008. Disponível em: <http://www.boletimdeconjuntura.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-04-decomposicao_do_indice_d.pdf>. Acesso em: jan. 2008.

BAPTISTELLA, J. F.; SOUZA, S. C. I.; FERREIRA, C. Distribuição de renda nas regiões Sul e Sudeste do Brasil: uma análise do trabalho e das aposentadorias e pensões a partir das PNADs. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 50-67, 2009.

BARROS, R. P. *et al.* **Consequências e causas imediatas da queda recente da desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

BERTONI NETO, J.; SOUZA, S. C. I.; FERREIRA, C. R. A contribuição das rendas do trabalho e dos programas de transferência de renda para a queda da desigualdade nas áreas urbana e rural do Brasil: 2004-2008. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 3, p. 717-731, 2011.

CUNHA, M. S.; VASCONCELOS, M. R. Diferenciais de salários intersetoriais no mercado de trabalho paranaense. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 37, n. 7, p. 31-52, 2011.

DARÉ, E. F. **Desigualdade da distribuição da renda no Brasil**: a contribuição dos rendimentos do funcionalismo público. 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 94-11, 2005.

FERREIRA, C.; SOUZA, S. C. I. Contribuição das parcelas do rendimento domiciliar per capita na distribuição de renda das macrorregiões brasileiras: 1981-2009 In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 9., 2011, Natal. **Anais...** São Paulo: ABER, 2011. Disponível em: <<http://www.brsa.org.br>>. Acesso em: jul. 2011.

FERREIRA, C.; SOUZA, S. C. I. “Aposentadorias e pensões” e desigualdade de renda: uma análise para o Brasil no período 1998-2003. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 41-66, 2008.

HOFFMANN, R. As transferências não são a causa principal da redução na desigualdade. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 1-7, 2005.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade e pobreza. [S.l.: s.n.], 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**: PNAD. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=759>>. Acesso em: ago. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pnad 2009:** primeiras análises: distribuição de renda entre 1995 e 2009. Brasília, DF, 2010.

POCHMANN, M. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? **Revista Parcerias estratégicas**, Brasília, DF, n. 22, p. 121-144, 2006.

PYATT, G.; CHEN, C.; FEI, J. The distribution of income by factor components. **The quarterly journal of economics**, [S.l.], v. 95, n. 3, p. 451-473, 1980.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro:** tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

SOARES, S. A distribuição dos rendimentos do trabalho e a queda da desigualdade de 1995-2009. **Boletim do mercado de trabalho:** conjuntura e análise, Rio de Janeiro, n. 45, p. 35-40, 2010.

SOUZA, S. C. I.; FERREIRA, C. R. Rendimentos do trabalho e de outras rendas e a queda da concentração de renda no Paraná. **Revista de economia e tecnologia**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 81-90, 2012.

SOUZA, S. C. I.; MANOEL, A. Lavorare in Brasile: Reazioni ala crisi. **Dal posto al percorso:** Dove va il lavoro?, Milano, n. 22, p. 109-116, 2011.

